

Exmo. Senhor

Presidente da Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território

Em agosto de 2019 o ex-Secretário de Estado, João Ataíde das Neves subscreveu o Despacho n.º 7290-B/2019, de 16 de agosto, que atribuía à EGF a recolha seletiva de bioresíduos.

Sublinhando que a fileira em apreço não estava abrangida pelas bases da concessão definidas em 2014, nem o Despacho em causa dava cumprimento às regras da contratação pública, o Regulador ERSAR solicitou a anulação do referido Despacho que pretendia dar resposta célere às alterações que alegadamente o Ministério do Ambiente e da Transição Energética tinha visto serem vetadas pelo Presidente da República.

Com base no referido Despacho, a Mota Engil, através da EGF, poderia ter acesso a fundos comunitários, bem como à exploração e gestão de uma fileira de resíduos não prevista nas bases da concessão, sem submissão a qualquer ato concorrencial e sem qualquer respeito pelos exigíveis critérios de transparência.

Na sequência da atuação da ERSAR, o Governo solicitou um parecer à Procuradoria Geral da República, que veio confirmar que a gestão dos resíduos em causa não estava abrangida pelas bases publicadas em 2014.

Razão pela qual, o atual Ministro do Ambiente e da Ação Climática, do XXIIº Governo, o mesmo, João Matos Fernandes, veio determinar a revogação do supracitado Despacho – n.º 7290-B/2019, de 16 de agosto.

Não obstante, no programa da RTP1, Sexta às 9, frisou a sua discordância com as conclusões do parecer da PGR e com a posição da ERSAR, bem como a sua pretensão em alterar as bases da concessão.

Termos em que o GPPSD propõe que, para um cabal esclarecimento de toda esta questão, esta Comissão delibere o seguinte:

1. Solicitar ao Governo o envio à 11.^a Comissão de toda a documentação dos trabalhos preparatórios do Anteprojeto de Decreto de Lei vetado pelo Sr. Presidente da República, bem como de toda a correspondência trocada nesse âmbito, incluindo as consultas a outras entidades e correspondentes pareceres.
2. Solicitar ao Governo o envio à 11.^a Comissão de toda a documentação dos trabalhos preparatórios do Despacho do ex-Secretário de Estado, n.º 7290-B/2019, de 16 de agosto, bem como de toda a correspondência trocada nesse âmbito.
3. Solicitar à Procuradoria Geral da República o envio à 11.^a Comissão do parecer emitido, e o correspondente pedido.
4. Solicitar à ERSAR o envio à 11.^a Comissão dos pareceres emitidos neste âmbito, bem como de toda a correspondência trocada e documentos relevantes sobre a matéria em causa.
5. **Que todos os elementos solicitados sejam remetidos à 11.^a Comissão previamente à realização de audições referentes à questão em apreço.**

Palácio de S. Bento, 8 de novembro de 2019

Os Deputados